

# O TEMPO COMPRIMIDO NAS SÍNTESES DA IMPRENSA

ANA CRISTINA TEODORO DA SILVA <sup>1</sup>

Dar sentido é tarefa de profetas e sacerdotes.  
(Todorov, 1993, p. 61)

As sínteses que a grande imprensa elabora associam memória e história, propondo uma organização do tempo. A necessidade de eleger os acontecimentos mais importantes, hierarquizá-los e representá-los faz com que o conjunto de textos, imagens e diagramação pulsem de sentido, ocultando, talvez com maior eloquência, o que ficou de fora.

Para refletir sobre isso, foram analisadas edições das revistas *Veja* e *Manchete* que comemoram ora seus aniversários, ora um número redondo (número 1000, por exemplo), o final do século ou do milênio. E ainda reflexões incentivadas pela Folha de S.Paulo a respeito da elaboração de suas primeiras páginas. <sup>2</sup>

Na grande imprensa, ciclicamente elaboram-se narrativas simbólicas do que seria importante. O calendário oferece matéria a ser organizada pelas revistas. Os rituais de morte e renascimento vividos a cada fim de ano são aproveitados para que ocorram sínteses das sínteses. O anseio por explicação no encerramento de ciclos está presente de forma ampliada nos finais das décadas e, mais ainda, no fim do século e do milênio. As revistas iriam produzir edições especiais prontas a estabelecer o sentido do que foi e a apontar perspectivas ao futuro que começava.

A revista *Manchete* produziu edições especiais de acordo com a magia do próprio calendário: na edição 1000, na edição 2000, e quando resolveu – em parceria com alguns governos - fazer o Brasil importante através de suas páginas. Tanto *Veja* quanto *Manchete* comemoram os 10, 20 e 25 anos da revista, propagandeando elas próprias o seu papel no cenário nacional.

As sínteses reelaboram a memória. Uma nova edição dos fatos do passado é efetuada, e a eles é dada uma outra roupagem, de acordo com a conveniência do presente. Assim *Manchete* pode, na década de 1990, passar uma imagem de meio crítico ao regime militar, pois suas sínteses em relação à ditadura incorporam críticas, apesar de, à época, ter sido conservadora. E *Veja* pode recuperar a memória do tempo

em que era uma revista combativa no contexto da história do país e da própria imprensa para tentar associar a identidade de combatividade do passado a um presente em que é considerada conservadora.

Em 1968, *Manchete* lança uma edição especial, com direito à edição extra em língua inglesa, que foi gentilmente distribuída a líderes e governantes estrangeiros. Na capa, além da referência em grandes tipos vermelhos “EDIÇÃO ESPECIAL”, o título foi “RETRATO DO BRASIL” (MANCHETE, 1968). Na concepção de *Manchete*, um retrato é a realidade. A utilização da palavra “retrato”, que remete à iconicidade da fotografia, é bastante significativa no contexto da revista, que quer mostrar a realidade através das imagens. Este número foi tão procurado que a editora Bloch providenciou uma segunda tiragem.

Outra edição especial de *Manchete*, agora em 1969, traz o título “PROGRESSO DO BRASIL”. O título é um libelo da linha editorial dessa revista: o Brasil estaria escalando rumo ao topo inevitável. Está bem de acordo com os anseios militares de apostar em um caminho ordeiro e seguro para o desenvolvimento de uma nação unida, aguerrida, patriótica. (MANCHETE, 1969)

*Manchete* quer mostrar ao Brasil o Brasil que dá certo, colaborando com a ordem e o progresso. Mais adiante, o então diretor-editor Justino Martins afirmaria que “(...) *Manchete* é uma revista que reflete a melhor imagem do Brasil tanto para os brasileiros como no exterior.” (MANCHETE, n. 1000, 1971) O domínio da natureza e a utilização racional da tecnologia são instrumentos incontestáveis dos ‘corretos rumos’ que o país toma, e é função da revista professar otimismo em relação ao futuro que já se faz presente. O tempo apresentado é urgente, o Brasil tem sede de crescer; simultaneamente é um tempo ascendente, em que apenas a evolução é cabível.

Bem diferente é o clima do quinto aniversário de *Veja*, em 1973. Não há grandes comemorações. Sob censura, escreve Mino Carta, na "Carta ao Leitor": “...Na análise das probabilidades, não podem deixar de ter um papel relevante os rumos da vida política do Brasil, de cujos humores tão definitivamente depende o destino de qualquer órgão de imprensa...” (VEJA, n. 262, 1973) Em meio à tragédia da censura, o tempo é instável, dependendo dos “humores” da política.

Em *Manchete*, no editorial de uma edição em 1979 que propõe o “início de uma grande série histórica – para entender os anos 70”, o diretor executivo Roberto Muggiati escreveu:

*Abertura. Anistia. Aiatolá. Bebê de proveta. Boat people. Concorde. Contatos imediatos. Dancin'Days. Détente. Democracia relativa. Dissidentes. Economia de guerra. Gulag. Jogging. Nouvelle Cuisine. OPEP. Overlapping. Pantera. Qu'rias. Queima de arquivo. Síndrome da China. Skate. Tanga. Vôo livre. Watergate. Novas palavras para definir novas situações de uma velha estória: a História. Para o jornalista, este historiador do instantâneo, enfrentar o inevitável balanço da década é um verdadeiro pesadelo. O mundo começou o ano de 1970 com 3,6 bilhões de habitantes e termina 1979 com 4, 5 bi. Essa explosão demográfica colocou tanta gente na Terra quanto era a sua população em 1850. E ela não só dinamizou as relações entre homens e entre países, mas complicou ainda mais uma realidade que, há dez anos, já era difícil de explicar. De qualquer maneira, procuramos traçar um roteiro para entender Os Anos 70. E acreditamos que – pelo menos em suas grandes linhas – o leitor terá uma visão da década que está terminando. (MANCHETE, n. 1445, 1979)*

A força das palavras aparece nos títulos das revistas, no uso do adjetivo contundente, do substantivo chocante, para despertar a atenção através do exagero, como se as situações em si não fossem interessantes. Os fatos precisam transformar-se em espetáculos dramáticos para serem percebidos.

Apesar de ‘novas’, são situações que compõem a “História”, com inicial maiúscula, definida como “uma velha estória”. Não é apropriada tal definição? Lembra narrativa, a crônica, o contar estórias. A autoridade da História fica assim melhor dimensionada. Ambigualmente pode lembrar também o relato, o verídico, o verdadeiro, conduzindo a uma pretensa objetividade. No título presente na capa de revista, há também referência à história. A série que explicará os anos setenta é ‘histórica’: compila fatos, sintetiza-os, explica-os, diz sobretudo quais foram importantes.

O jornalista é ‘historiador do instantâneo’, cumpre a difícil tarefa de analisar o imediato e de, ao mesmo tempo, comunicar o que está acontecendo. Há a história do instantâneo, nas palavras de Muggiati, e quem a faz é o jornalista.

O ‘balanço da década é inevitável’, é uma exigência do jornalismo, dos leitores, necessitados de sínteses que dêem conta do que ocorreu. Esta é a responsabilidade do jornalista a cada final de período, a cada situação que precise ser contextualizada, um ‘verdadeiro pesadelo’. As sínteses, no entanto, são gritos que silenciam outras vozes. O movimento de comparar as sínteses semanais e o que

comparece daqueles fatos nas sínteses da década ou do século dão idéia do recorte estabelecido.

Na análise do diretor, a complicação em 1979 é explicada pelo aumento populacional na terra que, em dez anos, viu surgir um número de seres humanos equivalente a todos os que comportava em 1850. Com todas as dificuldades, procurou-se ‘traçar um roteiro para entender *Os Anos 70*’, ou seja, é reconhecido o caráter optativo do caminho sugerido. A palavra ‘entender’ está também no título da capa. À frente, no entanto, a crença na síntese retorna, acredita-se que ‘em suas grandes linhas’ o leitor ‘terá uma visão’ do período.

*Manchete* reconhece fazer um vô panorâmico sobre a década, e reconhece oferecer *uma* perspectiva e não *a* perspectiva. Mas pretende dar conta das ‘grandes linhas’. Temos assim a opção do vô panorâmico que dá sentido aos acontecimentos e é uma necessidade, uma busca dos leitores, que querem dar entendimento às suas vidas. O entendimento proposto relaciona fatos políticos e grandes personalidades que compõem a “História”.

Já em 1990, *Manchete* comemora seu número dois mil com (mais) uma “**edição histórica**”. A capa é dourada. No centro, fotografia de Adolpho Bloch. Em grandes tipos, o número 2000. O título principal é “o grande mundo de Manchete”. Ao lado da foto de Bloch, os títulos secundários:

*Documento – as fotos que fizeram o nosso tempo*

*Jornalismo – as grandes reportagens*

*1952-1990 – duas mil semanas que mudaram o mundo*

*Ecologia – a salvação da terra (MANCHETE, n. 2000, 1990)*

Como não poderia deixar de ser, a primeira reportagem enaltece Brasília. Aliás, diversas vezes neste número a revista faz questão de afirmar que cresceu junto com Brasília. Já estamos em 1990, a preocupação ecológica comparece e, a julgar pela retrospectiva, sempre esteve em pauta na revista. Colaboradores de todas as etapas da revista são chamados a depor sobre a empreitada dos corajosos Bloch. O acadêmico Josué Montello é um deles, o qual escreve:

*O número 2.000 de MANCHETE pode ser comparado a um rio que, embora tímido nas suas origens, trouxe consigo a determinação da grandeza, para espelhar no seu curso, por entre os naturais acidentes do terreno, um país em transformação.*

*Assim não se poderá escrever a história do Brasil contemporâneo, a partir do momento em que circulou o primeiro número desta revista, sem recorrer à sua coleção. A nação está ali, fielmente refletida. Em vez de correr contra o tempo, MANCHETE o acompanhou na sua evolução vertiginosa (...)* (MANCHETE, n. 2000, p. 52/6)

A revista não se cansa de apregoar sua importância no que denomina a história do Brasil. Em suas páginas, além do mais, estaria fielmente refletida a nação brasileira. No texto citado chama a atenção também outra característica geral dessa publicação: a crença na evolução dos tempos.

Após a previsível retrospectiva, Carlos Chagas assina texto intitulado “a notícia – só a notícia”. Sugere que Costa e Silva tenha ficado doente uma semana antes da data em que nos livraria do AI-5<sup>3</sup>. Com essas e outras, conclui o texto de forma rankiana:

*O importante a notar é que as reportagens da MANCHETE mostraram o Brasil sem retoque através da apresentação da notícia. Sem trejeitos nem velhacarias daquelas a que nos acostumamos a ver de uns tempos para cá, quando jornalistas imaginam travestir-se de bruxos para conduzir processos e políticos ou privilegiar grupos e pessoas. Nem de longe MANCHETE também admitiu engrossar essa outra linha dita moderna, do jornalismo investigativo, onde basta ser político para ser corrupto, ou funcionário público para ser malandro.*

*Os fatos, só os fatos. A notícia, só a notícia. E com um acréscimo: sem jamais perder a certeza de que o Brasil é maior do que os seus problemas.*

Para Chagas é possível o jornalismo imparcial, que traz o fato nu e cru. É evidente sua irritação com colegas de profissão que se posicionam, acertando ou errando, que tomam partido. Os fatos e as notícias, no texto citado, existem previamente, e cabe ao jornalista mostrá-los. O otimismo, a crença na grandeza do país é mais que premissa, é dogma. Porém, neste período, *Manchete* não é mais primeiro lugar, outras propostas de imprensa assumem a dianteira.

A *Folha de S.Paulo*, em meados da década de oitenta, lançou uma publicação com as que considerou suas primeiras páginas mais representativas desde 1925. Três profissionais respeitados do mundo do jornalismo publicaram textos introdutórios, que estabelecem a reflexão sobre o papel do jornalismo e da primeira página no período. Os problemas das sínteses jornalísticas começam então a ser colocados em pauta pela grande imprensa nacional, em espaço de destaque.

O então diretor da redação do jornal, Otávio Frias Filho, lança o problema desde o primeiro parágrafo:

*Este livro contém as 170 mais representativas primeiras páginas publicadas pela **Folha** desde 1925. Do critério de seleção pode-se dizer que foi tão precário e tão valioso – mantidas as proporções – quanto o adotado por cada um dos jornalistas que tomou parte na feitura dessas páginas. O problema é análogo: recolher fragmentos e pesá-los numa balança de muitas medidas para escolher apenas alguns, na expectativa de que o seu conjunto revelará, a quem olhar, uma imagem do mundo refeita nesse truque de ilusão. (FRIAS FILHO, 1985, p. 7)*

Reconhece-se ser um “truque de ilusão” o empreendimento do jornal. Para a comparação com o próprio jornal diário, que também é uma síntese necessária. Os critérios de escolha das capas são “precários e valiosos”; foi usada “uma balança de muitas medidas”. Quais seriam essas medidas? Em que momentos pesou a mão do editor, do repórter, dos governos, das censuras, dos anunciantes? São questões que poderiam comparecer no cotidiano de quem tem atividade tão precária.

O jornalista Matinas Suzuki Jr. traça considerações sobre a primeira página do jornal, comparando-a a uma “amostra-grátis”. “História sortida e dispersa”, disponível a todos que podem vê-la presa às bancas. A primeira página quer ser “espelho do mundo”, quer dialogar com todos; é o momento em que se manifesta “o positivismo jornalístico dominante, a crença vulgar de que a narrativa sobre o acontecimento é o próprio acontecimento.”

*(...) o jornal mensura as faixas de realidade, recorta as que julga de interesse público, ajustando-as aos moldes da consciência lingüística de seus consumidores. A primeira página é o momento máximo desta esquizofrenia do jornalista, pois é aí que a exigência de que ele assuma a personalidade do Outro, do leitor, torna-se intransigente. É a folha mais impessoal do jornal e a que procura o público mais indiferenciado: nela, todos devem se reconhecer. (SUZUKI Jr., 1985, p. 9-11)*

Não é a própria retórica que deixa princípios do verídico para trabalhar com o verossímil? (JOLY, 1996)

Que riqueza de análise oferece o trabalho de ajustar “faixas de realidade” aos “moldes da consciência lingüística dos consumidores”? O jornal pretende ter o saber da melhor linguagem, do melhor código, para uma comunicação específica. Afinal, não parece se tratar de estabelecer um diálogo com leitores idiossincráticos, que possuem o

livre arbítrio da interpretação, mas trata-se, sim, de comunicar mensagens para consumidores, vorazes pela notícia-alimento.

*Mas o jornalista vai além: ele não só assume o olhar do leitor como atribui a si mesmo a missão moral de orientar a visão do público. (...) Em nome do espectador da notícia, ele disciplina o mundo, hierarquiza os acontecimentos.*

*(...) O editor esmera-se na maquiagem perpétua desta página frontal – espaço de sedução do leitor –, é ele quem introduz o sujeito da notícia, ainda que o discurso aberto continue na terceira pessoa.*

*Neste sentido, o jornalismo **produz** uma História, uma modalidade própria de conhecimento, uma verossimilhança. Ele constrói um simulacro de realidade (da mesma maneira que a História é o modo como se escreve a História).*

*(...) a primeira página devolve ao homem anônimo do mundo contemporâneo, em sua leitura silenciosa e solitária, a sensação de que o mundo ainda passa pelo seu controle (...)*

*(...) Na vida compartimentalizada, o jornal devolve a segurança precária de algum domínio sobre o acontecer. (SUZUKI Jr., 1985, p. 9-11)*

O jornalista pretende ser possível assumir o olhar do leitor; é um moralista que orienta sua visão. O leitor não é sujeito, é espectador. O jornalista tomou para si o encargo de representação desses "espectadores" e para eles digere os acontecimentos mais importantes. Na primeira página, maquiada, além de seduzir o leitor há a indução do sujeito da notícia: diz-se o que acontece e quem foi o responsável, operação disfarçada na conjugação em terceira pessoa. Considera-se que o leitor precisa ter seu mundo organizado, mundo ao qual assiste, observa. Não é sujeito, mas objeto a ser seduzido, dominado.

Então o jornalismo cria uma História através da verossimilhança, não do verídico. Trabalha-se com o crível, e não com o absurdo da existência. É fundamental perceber que a ordem não é representativa do mundo, que aparece caótico ao jornalista que tem acesso a ele. A ordem e a hierarquização dos fatos são criadas através de um simulacro, que padroniza tempo e espaço.

Para o jornalista Matinas Suzuki Jr., “a história realiza-se na sua totalidade apenas quando resgatada pelas páginas do jornal. O jornal é a firma reconhecida da História.” E temos então aqui o entendimento de que o jornal dá autenticidade à História. Suzuki conclui afirmando que o jornal dirige-se ao mesmo tempo e ambigualmente ao consumidor e ao cidadão. E passa a bola para frente, concordando com “uma famosa formulação, para que o jornal deixasse de ser uma empresa, ele

precisaria primeiro que a política deixasse de ser mercadoria.” O primeiro sujeito, o sujeito privilegiado, nessa via de entendimento, é o político. E o sujeito político estaria, em seu entendimento, distante, lá fora, além do jornal.

E agora que os jornalistas já falaram sobre o “olhar do mundo” e a “maquiagem do mundo”, vem o historiador chegar ao “rosto do mundo”. Nicolau Sevcenko lembra “o caráter descontínuo, cheio de rupturas e redefinições, que assinala o percurso da **Folha de S.Paulo** desde a sua fundação”. Destaca a importância da primeira página para a identidade do jornal e ataca o problema de que o jornal participa da confusão do momento dos fatos, muitas vezes com resultados melhores que obras analíticas produzidas longe da turbulência e do ruído do dia a dia. A primeira página do jornal desconcerta o historiador, pois reúne água e óleo.

*Qual o critério dessa perversa reunião? Não há um critério só; há múltiplos. E todos parciais e todos discutíveis. Eis uma lição soberba, do jornalismo aos chamados saberes acadêmicos, e à qual o leitor comum já está perfeitamente habituado. Procurando contemplar um público amplo e heterogêneo, dotado de múltiplas perspectivas nascidas da complexidade de sua vida cotidiana, na qual cada um assume vários papéis várias vezes ao dia, o jornalismo tende a incorporar, no íntimo mesmo da sua prática, a fragmentação e a heterogeneidade. Colaboram ainda neste sentido a abrangência da sua repercussão, que o torna sensível a todas as forças de pressão presentes na sociedade e o ritmo vertiginoso em que é produzido, obrigando-o a incorporar em doses elevadas a casualidade não digerida dos fatos, o impacto das primeiras impressões e a emoção alterada diante do inesperado.*

*(...) Nem espelho do real, nem falsificação grosseira. Há muito que aprender sobre o processo pelo qual o jornal não só fala do mundo, mas participa efetivamente da produção da imagem que todos nós compomos da realidade e do cotidiano. (SEVCENKO, 1985, p. 13-15)*

Sevcenko entende que a prática do jornal tende a incorporar a heterogeneidade. Mas de que forma, através dos índices dos institutos de pesquisa que categorizam o leitor por seu potencial de consumo? Bem lembrada a velocidade com que o jornal tem que responder aos fatos. Mas não é a grande imprensa periódica, ansiosa por cumprir seus prazos, co-produtora da relação que estabelecemos com o tempo, presos a prazos que aprisionam a reflexão? Devemos admitir que a mesma crítica cabe, atualmente, ao trabalho acadêmico.

Na Carta ao Leitor da edição especial sobre a década de oitenta, *Veja*, já quinta revista do mundo, mostra-se bem mais humilde em suas pretensões que em suas sínteses anteriores. Faz primeiro uma retrospectiva das retrospectivas, espia o que andou



dizendo sobre si mesma e sobre seu tempo nas sínteses que ofereceu. É a terceira vez que oferece uma “edição especial a respeito de uma década que se encerra”. A síntese dos anos sessenta, tinha por título “A década que mudou tudo”. (VEJA, n. 51, 1989)

A revista reconhece agora a necessária parcialidade de tais sínteses, considera seu recorte ao estabelecer os fatos nos quais foi dado destaque. Mais uma vez, a questão do presente como o referencial do que é mais importante ao se voltarem os olhos para o passado. A pretensão de recuperar o passado está bem mais contida, embora saibamos que as sínteses em si, por mais que os editoriais digam o contrário, têm grande poder de reelaborar a memória do período a que se propõem.

*Nesta edição especial, quase toda ela dedicada aos anos 80, não se teve o objetivo de apresentar cronologicamente tudo o que aconteceu nos últimos dez anos. Através de seis temas, buscou-se analisar as tendências que – no Brasil e no mundo, na economia e no comportamento, na política e no meio ambiente, na guerra e na paz – deram o tom e o sentido da década. Nos anos 80, as mudanças de mentalidade, a organização política de países, com a débâcle do comunismo em destaque, e de estilo de vida foram radicais, espantosas. Analisando essas modificações, a revista pretendeu oferecer dados para a reflexão do leitor. Reflexão acerca do passado imediato que estará na raiz do futuro, da década em que entramos nesta semana – a última do século XX e do milênio.*

A revista não quer mais dar o sentido, organizar a vida do leitor, tampouco apresentar uma cronologia de tudo o que aconteceu. Já não considera isto uma boa opção, embora não lhe faça crítica. Oferece *temas e analisa tendências*, que, estes sim, *deram o tom e o sentido da década*. Disfarça suas convicções na autoridade dos fatos com os quais lida, como se eles existissem descolados de seu recorte.

*Analisando* as modificações, a revista oferece *dados* para a reflexão do leitor. Embutida, aparece ainda a noção de um jornalismo imparcial. Sua seleção de fatos, sua análise e mesmo seus dados são feitos sob critérios que guardam um arbítrio, mas a editoria não mostra reflexão sobre isso. E acaba oferecendo uma parcela de seu entendimento sobre a importância de investigar o passado, visto que ele estará na *raiz do futuro*.

Obrigação ingrata a de fazer uma síntese, que exige altas doses de segurança, convicção e até uma certa ignorância para levar adiante a escolha dos fatos. A cada passo todo o empreendimento pode ser questionado. Exige também habilidade para lidar com vaidades, poderes, memória, identidades. Cada uma dessas palavras representa um terreno pantanoso, em que o sucesso nunca é totalmente garantido.

Para comemorar seus 25 anos, a revista *Veja* lançou duas publicações. “Ao leitor”, diz que nos últimos 25 anos *Veja* é “parte indissolúvel do processo de formação e informação do país”, é “elo para a compreensão da passagem do tempo”: mostra compreender que seu discurso é constituinte de uma relação com o tempo, coloca-se como referência na composição da memória do país.

*Em apreço a esses primeiros 25 anos de confiança mútua, VEJA homenageia seus leitores com um tributo ao prazer de ler. Os textos aqui presentes, diversos na forma, variados em conteúdo, não compõem uma retrospectiva nem pretendem definir como será o mundo futuro. Eles formam um convite à reflexão, um aprofundamento de temas que o cotidiano banalizou e aos quais os autores dão vida nova. (VEJA, 25 anos, n. 1306, p. 3)*

Novamente a afirmação de que não se faz uma retrospectiva, que parece estar em baixa porém está presente, já que é sempre referida como o que não se deseja. No lugar da retrospectiva, optou-se pela exploração temática. A revista convidou diversas pessoas das mais diferentes áreas para escreverem ensaios sobre temas que estão presentes no momento em que as reflexões são oferecidas e já estavam no passado recente.

A outra publicação propõe uma "retrospectiva de um quarto de século". O texto introdutório reconhece que é um tratamento em perspectiva.

*Notícias são meros rascunhos da História e nem sempre se transformam em documentos de sua época – sabidamente, como lembra o historiador americano Daniel Boorstin, grandes obras do intelecto raramente rendem manchetes.*

(...)

*A presente edição de aniversário procura mostrar, ano a ano, rascunhos da História registrados por VEJA. Ao fazer esta travessia visual, deixamos ao leitor o prazer de revisitar fatos, sensações, catástrofes e celebrações. Misturamos vinhetas do cotidiano com eventos que pareceram definitivos. Cada leitor poderá pousar mais em uns do que em outros, e assim compor a sua própria história. (VEJA, 25 anos retrospectiva... , n. 1311, p. 7)*

É reconhecido o papel do leitor em compor, no ato da leitura, a própria história, raciocínio que até aqui só teve espaço no texto referenciado do historiador Nicolau Sevcenko.

*Veja* lançou edição especial intitulada “Milênio – os 100 fatos que mudaram o mundo do ano 1001 até hoje”. Na capa, dentre personalidades como Shakespeare, Einstein e Gandhi, a roupa de um astronauta. Na carta ao leitor, o esclarecimento de que

“esta edição é uma tradução de um espetacular número especial da revista americana *Life* (...)”.

*Surpresa mesmo é o fato de uma revista inteira dedicada ao milênio ter sido ilustrada com fotografias, cuja técnica tem apenas cerca de 200 anos. A melhor idéia entre todas, no entanto, foi reunir modelos vestidos como personagens famosos da história da humanidade – e fotografá-los numa réplica do estúdio de Loius Daguerre, famoso fotógrafo francês do século passado. (...) as virtudes da presente edição: entretenimento e erudição se fundem para contar a História do milênio que se encerra. (VEJA, Especial de milênio, 1998, p. 11)*

A imagem é usada e entendida como síntese privilegiada. Cem fatos serão enumerados, do centésimo ao primeiro. O fato mais importante: a popularização da imprensa, representada pela impressão da Bíblia de Gutenberg. Com ela, desencadeou-se uma “epidemia de informação”. A imprensa comemora a si mesma. Sabe do papel que exerce, da importância que tem, recuando apenas quando chamada às suas responsabilidades. Então torna-se uma empresa como outra qualquer, e apela para o livre arbítrio do leitor.

O ano de 1999 proporcionou um grande conjunto de materiais da imprensa, que via de regra buscou sintetizar o século ou mesmo o milênio. *Veja* termina 1999 com uma tiragem de mais de 1,5 milhão de exemplares. Nesta edição, prepara uma retrospectiva do século XX.

*Para preparar a retrospectiva do século 20, o editor executivo Eduardo Oinegue trabalhou por dois meses à frente de um grupo de quinze jornalistas. Essa equipe fez um levantamento gigantesco dos principais fatos que moldaram esse período fantástico e ao mesmo tempo terrível da História humana, seus grandes personagens, as conquistas científicas e as idéias que mais influência exerceram no destino do mundo entre 1900 e 2000. (VEJA, n. 51, 1999, p. 9)*

Nessa retrospectiva, nada de eventos ano a ano. Temas são discutidos - como saúde, guerra, ambiente e mulher - em sua relevância e suas alterações no decorrer do século. Os grandes fatores comparativos em todos os temas são os dados de 1900 e de 2000.

A atração por grandes personagens e conquistas científicas permanece. A retrospectiva tradicional, década a década, é utilizada no item “invenções”, com “idéias, inventos e descobertas que mudaram o mundo”. Parece difícil abrir mão do fato

grandioso, do tempo revolucionário, da mudança abrupta como referencial do importante.

Não é sem razão que a grande imprensa chama para si a responsabilidade de organizar os fatos, sintetizá-los e dar-lhes sentido. A normatização que necessita utilizar em todos os níveis, das pesquisas de opinião às formas de narrativa, acaba por transformá-la em autoridade moral. Na sociedade contemporânea há um conjunto de empresas que deve grande parte de seu sucesso à proposta de organização do tempo que oferecem. Atualmente, o pulsar supostamente sincrônico da rede de computadores parece disponibilizar o mundo a qualquer instante.

A imprensa tem como desafio sintetizar, porém pede-se que identifique seus critérios, que os mantenha vivos, em discussão. Muito saber e poder está envolvido no anseio de dominar os fatos, integrando-os a um contexto, classificando-os, dissecando-os. Esse poder é constituído desconsiderando vácuos e silêncios.

*O texto sagrado de que melhor se sabem as condições em que foi escrito é o Corão. Entre a totalidade e o livro, os intermediários eram ao menos dois: Maomé escutava a palavra de Alá e a ditava, por sua vez, a seus escribas. Um dia, quando ditava a Abdullah, segundo relatam as biografias, Maomé se deteve no meio de uma frase. O escriba instintivamente lhe sugeriu a conclusão. Distraído, o Profeta aceitou como palavra divina o que dizia Abdullah. Esse fato escandalizou o escriba, que abandonou o Profeta e perdeu a fé.*

*Ele se enganava; a organização da frase era, definitivamente, uma responsabilidade que lhe cabia; incumbia-lhe controlar a coerência interna da língua escrita, da gramática e da sintaxe, para aí acolher a fluidez de um pensamento que escoava fora de toda língua antes de se fazer palavra, ainda mais o de uma palavra extremamente fluida como a do Profeta. A partir do momento em que decidira exprimir-se por escrito, Alá necessitava, absolutamente, da colaboração do escriba. Maomé o sabia, e deixava ao escriba o privilégio de terminar suas frases; mas Abdullah não tinha consciência do poder de que estava investido. Perdeu a fé em Alá porque lhe faltava a fé na escrita, e a fé em si mesmo como operador da escrita.*

*Se fosse permitido a um infiel imaginar as variantes das lendas referentes ao Profeta, eu proporia esta: se Abdullah perde a fé, é porque um erro lhe escapa enquanto registra o ditado de Maomé, e porque Maomé, embora o tivesse notado, decide não corrigir, preferindo a versão errônea. Mesmo nesse caso, Abdullah estaria errado em se escandalizar. É na página, e não antes, que a palavra – mesmo a palavra do arrebatamento profético – torna-se definitiva, tornando-se escrita. É nos limites do ato da escrita que a imensidade do não-escrito torna-se legível, quero dizer: através das incertezas da ortografia, dos equívocos, dos lapsos, dos desvios incontroláveis da palavra e da pena. Por outro lado, o que está fora de nós não pretende se comunicar pela palavra falada ou escrita: envia suas mensagens através de outros meios. (CALVINO, 1982, p. 220/1)*

A capacidade de narrar dá um determinado sentido ao mundo. Com ela, a importância dos códigos e línguas utilizados, bem como das sínteses que necessitam ser feitas é condição básica do mesmo arranjo. O mesmo erro de Abdullah seria repetido se criticássemos a imprensa por não dizer a verdade. É de linguagem que se trata, de versões, representações, traduções, propostas. Se Abdullah assumisse seu papel, teria que assumir parte da “verdade”, teria que assumir estar construindo verdades. Mas sua crença na existência da palavra perfeita impedia-o de ser um mensageiro, embora limitado. Do mesmo mal padecem muitas formas de saber: sua imagem fundamentada na verdade impede-as de inserir o discurso como instrumento de uma mediação possível e cheia de falhas, a qual temos a necessidade de discutir constantemente, enquanto não abrimos mão da comunicação.

A demanda por dar sentido aos fatos não é extinta através da enxurrada de informação diária, semanal ou mensal. Algo fica para trás, pois ao final de cada ano, década, século ou milênio os balanços do passado têm presença garantida em revistas como *Veja* e *Manchete*. A manipulação da memória histórica, nesses momentos, é evidente. Os fatos serão re-arranjados de acordo com o interesse do momento: alguns terão sua importância destacada, sublinhada; outros serão esquecidos. Algumas vezes há autênticas contradições entre o que o meio distinguiu como importante no ato dos acontecimentos e o que verá como importante, anos ou décadas depois.

Essa diferença é inevitável. Cada época compõe sua história. Contudo, o discurso das revistas não reconhece que sua produção explora o que é conveniente ao momento. Aproveitam-se dos instrumentos disponíveis para constantemente readequar a memória de atuação do próprio meio, para manter a imagem que parecer apropriada à sua manutenção nas teias do poder. Essa imprensa reafirma e reinventa o ritmo. A temporalidade só pode ser conservadora, já que trabalha com o que já está estabelecido.

Como diria Baitello Jr., sentido ocupa tempo e espaço. (BAITELLO, 1999) A mídia vende sentido. Tem sempre que economizar tempo e espaço, portanto exclui a diversidade (e também a reflexão e a mudança), já que a diversidade ocupa muito tempo e espaço. Com isso, produz a reiteração do mesmo, do comum e conservador, mantém e reitera o ritmo do mundo globalizado, apostando em que há cada vez mais necessidade das informações e das diretrizes que forja, tal qual um narrador dá ordem aos fatos.

Este trabalho chega ao ponto de perceber a necessidade de refletir sobre as relações entre as formas do discurso e as noções de temporalidade que engendram. Que temporalidades correspondem a que narrativas? Que ações cada disposição de tempo pode ter como expectativa? São questões a se pensar.

## REFERÊNCIAS

BAITELLO Jr., N. *O animal que parou os relógios: ensaios sobre comunicação, cultura e mídia*. São Paulo: Annablume, 1999.

CALVINO, I. *Se um viajante numa noite de inverno*. Tradução de Margarida Salomão. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982. p. 220/1.

FRIAS FILHO, O. O olhar do mundo. In: FOLHA DE S.PAULO. *1ª página: 1925-1985*. São Paulo: Folha da Manhã, 1985. p. 7.

JOLY, M. *Introdução à análise da imagem*. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1996.

MANCHETE. *Retrato do Brasil*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1968.

MANCHETE. *Progresso do Brasil*. Rio de Janeiro: Bloch Editores, 1969.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1000, 19 jun. 1971.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 1445, 29 dez. 1979.

MANCHETE. Rio de Janeiro: Bloch Editores, n. 2000, ago. 90.

SEVCENKO, N. O rosto do mundo. In: FOLHA DE S.PAULO, *Primeira página, 1925-1985*. São Paulo: Folha da Manhã, 1985. p. 13-15.

SILVA, Ana Cristina Teodoro da. *O tempo e as imagens de mídia: capas de revistas como signos de um olhar contemporâneo*. Assis, 2003. 240p. Tese (Doutorado em História) - Universidade Estadual Paulista.

SUZUKI JR., M. A maquiagem do mundo. In: FOLHA DE S.PAULO, *Primeira página, 1925-1985*. São Paulo: Folha da Manhã, 1985. p. 9-11.

TODOROV, Tzvetan. *A conquista da América. A questão do outro*. Tradução de Beatriz Perrone Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 262, 12 set. 1973.

VEJA. *25 anos - Reflexões para o futuro*. São Paulo: Editora Abril, n. 1306, 1993.

VEJA. *25 anos – retrospectiva de um quarto de século*. São Paulo: Editora Abril, n. 1311, 27 out. 1993.

VEJA. *Especial 30 anos*. São Paulo: Editora Abril, n. 42, 1998.

VEJA. *Especial do Milênio*. Tradução de Pedro Maia. São Paulo: Editora Abril, n. 51, dez. 1998.

VEJA. São Paulo: Editora Abril, n. 51, 22 dez. 1999.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Maringá (UEM). Doutora em história.

<sup>2</sup> Este trabalho é parte da pesquisa de doutorado da autora (SILVA, 2003).

<sup>3</sup> Assim escreve Chagas: “O Governo Costa e Silva e sua tragédia shakesperiana, de o presidente cair sem voz e sem movimentos quando faltava uma semana para revogar o Ato Institucional n. 5 e, de novo, constitucionalizar o país.” (MANCHETE, n. 2000, ago. 1990, p. 356)